

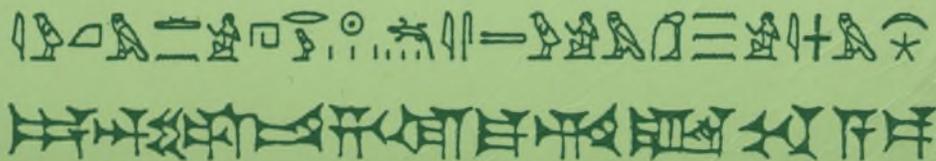
# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
Universidade de Lisboa

2



E D I C I O E S  
C O S M O S



curso com o ponto de partida, situado inicialmente em Nietzsche. «Ma'at apresenta-nos a ordem do mundo como uma justiça conectiva».

A obra encerra com a lista da bibliografia utilizada (pp. 291-308) e um índice temático e onomástico (pp. 309-319).

Com este livro, Jan Assmann continua a brindar-nos com a perfeita inserção de um dos grandes temas culturais egípcios, talvez o mais essencial da sua cultura, dentro da ampla história do pensamento mundial e bem integrado na sua multimoda historiografia.

**José Augusto Ramos**

**ANTÔNIO JOSÉ DA ROCHA COUTO**, *A Aliança do Sinai*, Editorial Missões, Valadares, 1990, VIII, 307 pp.

Este trabalho constituiu uma dissertação de doutoramento que foi apresentada na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Urbaniana, em Roma, e leva o seguinte subtítulo: «como núcleo lógico-teológico central do Antigo Testamento». Este subtítulo define de maneira clara os objectivos pretendidos e antecipa formalmente o essencial das conclusões retiradas.

Por aqui se verifica que o Autor pretendeu oferecer-nos uma leitura do conjunto do Antigo Testamento, fazendo assentar essa leitura sobre a realidade da Aliança, «tal como pode ser captada, enquanto estrutura orgânica, no plano semântico do relato» (p. 3).

A Aliança é, neste livro, assumida não como um conceito nem como uma palavra ou um simples tema literário, mas como uma estrutura múltipla de ressonâncias sobretudo teológicas, tendente a exprimir essencial e integralmente todo o sistema de relações «de Jahvé com Israel» (p. 4).

Desta maneira, mesmo algumas partes do Antigo Testamento, aparentemente mais afastadas do vocabulário e do tema literário da Aliança, se poderiam apresentar como podendo ser enquadradas dentro desta leitura, que faz irradiar a luz do Sinai sobre toda a própria Bíblia.

A multiplicidade de centros que os autores procuram na tentativa de organizarem uma teologia do Antigo Testamento ou, ao contrário, a resignação de muitos outros a uma aparente multiplicidade de temas teológicos sem um centro organizador poderiam, segundo a

perspectiva aqui proposta pelo Autor, constituir impasses ultrapassáveis pela realidade da Aliança. Esta terá de ser, no entanto, vista numa perspectiva mais abrangente do que a do simples conceito de *berit* ou do que a dos textos por esse conceito caracterizados. Pois a realidade profunda da Aliança não se detecta pela presença literária desta palavra (cap. I, p. 9-34).

O cap. II apresenta a parte mais rica, sugestiva e útil desta tese. Os textos sobre a Aliança do Sinai são estudados como apresentando quatro quadros diferenciados: a) as referências J/E, que representam a realidade da Aliança, quase sem recorrer explicitamente à palavra e apontando para um contexto cultural de vivência da mesma; b) Ex 24, 1-2.9-11 contém um outro quadro de Aliança, anterior a J, E e P; este é também de ambiente cultural, origina-se na região de Seir/Edom e foi acomodado à tradição sinaítica pela introdução da figura de Moisés; c) Ex 24, 3-8 apresenta rituais de celebração da Aliança que pressupõem vida prática e relações culturais dentro de Canaã e parecem situar-se no séc. VII, a. C.; d) Ex 19, 3b-8 é uma construção teológica do tema da Aliança que se inspira na linguagem dos tratados entre soberanos e vassallos, conhecidos no Médio Oriente Antigo. E só nesta passagem é que se pode, até agora, detectar algumas analogias entre esta literatura e o género literário da Aliança.

A síntese sobre as questões históricas levantadas a propósito da Aliança do Sinai, num «excursus» específico (p. 94-106), é um apêndice bem sugestivo sobre as várias modalidades de êxodo e sobre a ligação entre cada uma dessas modalidades e o Sinai, bem como a questão da localização desta montanha, tão importante como referência geográfica e simbólica deste conjunto nuclear da religião bíblica.

A Aliança feita em Siquém (Jos 24, 6-25[28]) é apresentada como uma reflexão teológica que se serve de antigos materiais e é levada a cabo no séc. IX, em plena crise política e religiosa, sob a dinastia de Omri (p. 128).

Finalmente, durante o exílio na Babilónia ou a seguir, o Deuterónimo vem repropor a reflexão sobre a Aliança, aprofundando mais ainda a relação literária anteriormente menos explícita com os tratados do Próximo Oriente Antigo (p. 132-152).

O cap. III trata da «sinaidade» da história e da textualidade bíblicas veterotestamentárias» (p. 165-245). O que o Autor intui e pretende mostrar é que o Sinai passa a ser, de facto, o «diafragma hermenêutico dum presente sempre em movimento, que continuamente divide

e organiza a história bíblica e a sua textualidade, sob a perspectiva de um passado «dado» e de um futuro submetido e condicionado à responsabilidade humana (p. 196).

Este capítulo representa uma intuição cheia de interesse e bastante ambiciosa. Alguns dos estudos nele apresentados são bastante sugestivos, nomeadamente o relativo aos sumários histórico-cultuais (p. 187-196). Mas nem sempre foi possível ao Autor, neste capítulo de temática demasiadamente ampla, conseguir ser persuasivo na demonstração da «sinaiidade» de determinadas secções da Bíblia, tais como os sapienciais e os proféticos. A este propósito fica-nos a pairar na mente a pergunta de se a fasquia não teria sido colocada alto demais. Algumas secções são demasiado diversas literário-teologicamente e a dependência do futuro relativamente à responsabilidade humana parece demasiado genérica para poder servir como prova da coincidência ou convergência no conceito de «sinaiidade» e aliança.

Esta vontade de abarcar e articular uma vastidão grande de horizontes percebe-se de novo, na conclusão. O ponto 2 da conclusão é realmente uma conclusão formal das análises anteriores. Mas o ponto 1 (repercussões do estudo feito sobre a Teologia do Novo Testamento) e o ponto 3 (consequências sobre o domínio das relações entre Antigo e Novo Testamento) poderiam ter constituído um quarto capítulo, no caso de se querer manter a amplitão que estes temas trazem ao assunto.

Para além de saudarmos a coragem e o grande mérito de alguém que, em Portugal, se arrojou a um estudo desta complexidade e deste alcance e se atreveu a publicá-lo aqui em português, queremos também elogiar o carácter pedagógico conseguido, que é bem visível na leveza do texto, apesar da complexidade dos assuntos. Não é nada habitual conseguir ler-se, com a leveza que aqui se experimenta, exposições de análise literária bíblica, com a complexidade analítica que normalmente revestem estes estudos. É de salientar o modo vivencial como o Autor faz exegese não somente garantindo as exigências da «análise», mas também oferecendo os entusiasmos e os compromissos da «leitura».

O mesmo aspecto pedagógico se torna evidente na enorme riqueza do seu corpo de notas, que voluntariamente renunciaram à herméctica economia das explicitações, para que os autores e as suas obras apareçam bem claros e explícitos, como que num ritual de evidenciação da procura exegética. O Autor procurou dizer com as notas muitos complementos de análise, o que deu ao seu texto prin-

cipal maior nuclearidade e mais diáfana legibilidade. Temos ainda de saudar, finalmente, o seu precioso índice analítico (p. 255-300), que resume, pela via acessível do vocabulário, grande parte do conteúdo da tese; este índice analítico constitui um verdadeiro dicionário sobre o assunto da tese (p. 255-300).

As abreviaturas, critérios de transcrição de caracteres hebraicos e gregos e a bibliografia são colocados no início do volume (p. XI -LIII). Não nos parece muito interessante a opção feita de seguir a onomástica bíblica portuguesa pela edição da Bíblia de Jerusalém, cuja origem francesa, naturalmente pouco adequada às sonoridades portuguesas, e cuja transposição para um português de ressonâncias e de hábitos mentais brasileiros têm mais inconvenientes do que aqueles que o autor logo ali assinala, ao dizer que se vê obrigado a utilizar alguns nomes na forma portuguesa habitual (p. 7). Os nomes em português ficaram, assim, mais longe do hebraico do que aquilo que acontecia com a versão francesa da Bíblia de Jerusalém. É evidente que a questão da onomástica não está ainda convencionada em português e precisa urgentemente de o ser. Mas o Autor que traduziu o texto original por sua conta não merecia esta dependência cúmplice no campo da onomástica.

Como também faz Emmanuele Testa, no prefácio, resta-nos sobretudo fazer votos para que o Autor continue a oferecer aos leitores de língua portuguesa mais trabalhos seus, com o cunho de interesse e originalidade que caracterizam aquele que aqui apresentamos. A razão para este voto é não só a escassez de temas destes com produção portuguesa mas também a originalidade e o talento de que o Autor revela ser capaz.

**José Augusto Ramos**

**JEAN CHRISTOPHE ATTIAS**, *Le commentaire biblique: Mordekhai Komtino ou l'herméneutique du dialogue*, Col. Patrimoines/Judaïsme, Ed. du Cerf, Paris, 1991, 204 pp.

Este livro apresenta uma versão inteiramente reescrita e com um título diferente de uma tese de doutoramento apresentada pelo Autor na Universidade de Paris VIII.

E a sua apresentação ao grande público é de grande interesse. Trata-se, na verdade, de nos tornar acessível a obra exegética e a acti-